

AUDIÇÃO PARLAMENTAR

13ª Comissão

23 de junho de 2020

Sr. Presidente,

Senhores e Senhoras Deputadas,

Tenho muito gosto em estar de volta a esta casa, em rever-vos a todos e vir aqui dar nota do que estamos a fazer no Ministério da Coesão Territorial.

E dar-vos nota de um esforço imenso, acelerado pelo atual contexto, de fazer chegar a todos ajudas preciosas para impedir a estagnação da economia e aliviar algumas das dificuldades sentidas durante esta pandemia.

Também dar-vos conta de como os Programas Operacionais Regionais, e a sua capacidade transformadora, estão a fazer a diferença no território nacional. Todos os dias.

Da última vez que os Senhores e as Senhoras Deputadas tiveram a bondade de me ouvir, mostraram alguma surpresa por falarmos em tantos milhões. Milhões de euros, dezenas de milhões de euros, centenas de milhões de euros.

Por isso, desta vez, venho falar-vos de pessoas. A quem estes milhões ajudaram, ajudam e vão continuar a ajudar.

Não falarei de nomes. Falarei, sim, do trabalho meritório que muitos portugueses fizeram com o apoio dos fundos europeus.

1. Parte I – a Crise

Em plena crise Covid-19, o Governo desenhou inúmeras respostas – em alguns casos, as respostas possíveis, noutros, propostas inovadoras. O nosso Ministério concentrou-se em algumas delas, como **instrumentos de apoio a empresas que redirecionassem a sua produção** para as necessidades impostas pela pandemia. Fez o mesmo para **incentivar as atividades de I&D do Sistema Científico** num esforço de encontrar soluções e promover investigação fundamental, dirigida para o momento crítico que vivíamos.

Quando foram lançadas, estas duas novas linhas de apoio tinham reservados 70 M€, quase 40 M€ dos Programas Operacionais Regionais que este Ministério tutela (cerca de 60%).

Só que a procura ultrapassou todas as expectativas: houve uma verdadeira “avalanche” de candidaturas. E a procura diz-nos uma coisa muito importante: que este era o instrumento de que os nossos empresários precisavam. **O primeiro reforço aumentou a dotação destes dois avisos para 100 M€. Atualmente, o valor disponível já vai em 194 M€. Os Programas Operacionais Regionais sustentam 130 milhões – portanto, quase 70% de todo o financiamento. Ou seja, no MCT, através dos POR, quadruplicámos a verba prevista inicialmente. E temos já 376 projetos**

aprovados. São investimentos de 143 M€, com apoios de 112 M€. Mas para que tenham uma ideia da “avalanche”, houve 1.512 candidaturas que pediram mais de 600 M€ em fundos.

Mas prometi que não falava só em milhões, por isso vamos ver o que fizeram na realidade estas verbas.

Viajemos até à **Maia**, onde uma empresa com mais de 70 anos de atividade dedicada aos moldes industriais, não baixou os braços. Pediu ajuda para se reinventar, usou os seus quadros altamente qualificados, e arregaçou mangas para fazer viseiras de proteção individual em plástico. É a chamada inovação de produto de uma empresa que está agora a abastecer o mercado nacional mas quer também exportar para África.

Ou espreitemos **Braga**, onde uma empresa está a desenvolver um sistema de atendimento para gerir filas e fluxo de clientes, com o objetivo de garantir o distanciamento social, permitindo rastrear principais sintomas associadas à doença COVID-19 (como febre) de cada utilizador, e o seu grau de utilização de proteção individual.

Em **Aveiro**, uma empresa criada em 1976 para produzir e montar reclamos e imagem corporativa, está agora a produzir barreiras de proteção em acrílico para empresas, instituições públicas, farmácias, comércio em geral, hotelaria e restauração, polícia, bombeiros, hospitais ou qualquer atividade que entre em contacto com o público.

Na **Covilhã**, uma empresa de bebidas espirituosas e licores começou a produzir álcool etílico sanitário a 70% e álcool gel. Depois de doar a primeira produção a Instituições do seu concelho, está agora no mercado.

Na **Lousã**, uma empresa que fazia meias e que registou uma grande quebra nas suas encomendas, quis fabricar máscaras comunitárias reutilizáveis e punhos elásticos para incorporar em batas cirúrgicas. Tem um milhão de encomendas.

Em **Alcobaça**, uma empresa que faz moldes para injeção de plástico, essencialmente para o setor automóvel, resolveu desenvolver e fabricar 20 mil máscaras faciais por dia. Para além de manter os postos de trabalho, ainda teve de reforçar a equipa e recrutou 10 elementos em exclusivo para o novo projeto.

Aguiar da Beira, uma empresa dedicada ao turismo rural está a instalar uma nova unidade produtiva para a produção de álcool e desinfetantes.

Marinha Grande, uma empresa de impressão 3D comprometeu-se a desenvolver ventiladores mecânicos em colaboração com o Centro de Desenvolvimento Rápido e Sustentando do Produto e um grupo de profissionais de saúde do Centro Hospitalar de Leiria. Já têm um protótipo inicial com base no trabalho desenvolvido pelo MIT.

Em **Cantanhede**, uma empresa especialista em ventilação, galvanoplastia e indústria química começou a produzir viseiras, acrílicos e partes de ventiladores para vários clientes empresariais. Quis não só aumentar a sua produção em 400%, como começar também a produzir óculos médicos. 16 mil por dia.

E há aqueles que insistem, mesmo perante não uma, mas várias adversidades. Como uma empresa de **Mira**, de reciclagem de plástico, que ao fim de 17 anos de atividade viu os incêndios de outubro de 2017 destruir por completo as duas fábricas que possuía. Não fechou portas, reconstruiu.

E agora que veio a pandemia, também não desistiu. Está a fazer óculos de proteção e viseiras.

Ou a empresa da **Batalha** que há 25 anos produz acabamento de calçado e que, na falta de matéria prima, usou o seu setor de costura para criar máscaras, batas, cógulas e coveralls hospitalares.

Ou uma empresa de Chapa, Pintura e Mecânica em **Alenquer** que começou a produção de divisórias e separações em acrílico e policarbonato para transportes de urgência de doentes, em ambulâncias, INEM, outras viaturas médicas.

Em **Sintra**, uma empresa começou a produzir e comercializar viseiras e caixas de proteção para o procedimento de entubação oro-traqueal em unidades de cuidados intensivos - homologadas pela Ordem dos Médicos.

Santarém, a única empresa do país a produzir não-tecido, foi desafiada pelo CITEVE para tentar obter um produto passível de ser utilizado no fabrico de EPIs descartáveis, depois dos fornecedores habituais asiáticos deixarem de o assegurar e perante a rotura de stock em todas as áreas. Vai fornecer hospitais, lares, bombeiros, empresas.

São Bartolomeu de Messines, no concelho de Silves, onde uma unidade industrial está a fazer rotulagem e esterilização de dispositivos médicos e outros artigos e equipamentos hospitalares.

Ou o negócio de produção de têxteis em **Albufeira** que se reconverteu numa linha de montagem de máscaras cirúrgicas com sistema embalagem individual.

Senhores e Senhoras Deputadas, podia ficar aqui a dar-vos a enorme lista de empresários que procuraram apoio – e que o conseguiram – para reinventar a sua produção. Fizeram-no porque são fortes e resilientes. E essa resiliência evitou, para muitos, despedimentos, falências, e fechos de portas. É disto que falo quando falo na capacidade transformadora dos fundos europeus e dos Programas Operacionais Regionais do Portugal 2020. Todos são pessoas, empresários ou trabalhadores, fazem parte do tecido produtivo deste país e não baixaram os braços. **Acreditamos que, com estes apoios, se pouparam 31 mil postos de trabalho.**

Neste período que nos pôs a todos à prova, foi preciso sobrevivermos, mas também mudarmos. Foi isso que fizemos com o **ADAPTAR**, ajudando micro e PME dos setores secundário e terciário a atualizar e remodelar os seus estabelecimentos e unidades de produção, modernizando-os e adaptando-os ao atual contexto. Destinámos 100 M€ para que as empresas criassem condições para reabrir portas, com toda a segurança para os seus trabalhadores e clientes, devolvendo a confiança necessária para um desconfinamento gradual.

Os Programas Operacionais Regionais disponibilizaram **44 M€ e receberam mais de 3.500 candidaturas, que representam um investimento de quase 90 M€.**

2. Parte II – Investimentos/Reprogramação/Acelerador Municipal

Voltemos aos grandes números para vos dar nota do quadro geral. Mais de **24 mil projetos já foram aprovados** nos Programas Operacionais Regionais. O investimento total foi de quase **12 mil milhões de euros, mais de 6 mil milhões dos quais em fundos europeus**.

Neste momento, **a taxa de compromisso é de 83% e a taxa de execução é de 34%**. Mas esse compromisso será de 100% até ao final deste ano, e acreditamos que vamos chegar aos 50% na taxa de execução.

Quase um terço dos fundos dos Programas Operacionais Regionais do Portugal 2020, 31%, mais de 2 mil milhões de euros, é para investimento público. Continuamos, por isso, o nosso trajeto de alimentar os investimentos feitos por todo o país.

Em **Escolas temos 313 M€ aprovados**. Falamos de **485 escolas** de ensino básico e secundário.

Escolas como a Secundária da Boa Nova de **Matosinhos**, que acaba de ver adjudicadas obras no valor de 7,5 milhões de euros, com participação expressiva do Norte 2020, e que arrancam já este verão. Este estabelecimento de ensino vai ter um novo edifício, a remodelação do polidesportivo e a instalação de espaços provisórios que assegurem o normal funcionamento da escola durante o período de execução da obra, que está previsto durar 2 anos.

Na **Saúde temos 181 M€ aprovados**. Estes milhões representam **174 unidades de saúde intervencionadas** (infraestruturas e equipamentos).

É graças a este investimento que Hospitais como o de Bragança, o principal hospital do distrito, vai ter uma intervenção de mais de três milhões de euros para obras de remodelação e ampliação. Esta obra é financiada em cerca de 2,5 milhões de euros por fundos comunitários, através do Programa Operacional Regional do Norte.

Depois desta intervenção, este hospital vai passar a contar com três salas de operações, duas salas de anestesia, zona de recobro com seis camas e diversos espaços de apoio. Vai ter laboratório de análises de microbiologia, bioquímica, imunologia, hematologia e imuno-hemoterapia.

Mas é também graças a este apoio ao investimento público que uma nova unidade de cuidados continuados vai ser construída em Portalegre, com capacidade para 73 utentes e a criação de 80 postos de trabalho. Um investimento de 6 milhões de euros, mais de metade dos quais vindos de fundos europeus.

Em Áreas de Acolhimento Empresarial temos 104 M€ aprovados. São 82 projetos, como aquele que se prepara em Castelo de Vide, no distrito de Portalegre, onde se vai requalificar um imóvel devoluto no centro da vila para criar uma incubadora de empresas. É um investimento de 1,3 M€, financiado a 85% com fundos europeus. Quando abrir portas, vai acolher 14 empresas e vai ser um estímulo à criação de novas empresas. E é uma obra dois em um: preenche uma lacuna para atração de empresas e requalifica um edifício central, tido como um ponto negro.

No Desenvolvimento Urbano temos 844 milhões de euros aprovados: temos 1.086 intervenções de regeneração urbana e 276 intervenções na regeneração Socioeconómica e Física de Comunidades e Zonas Desfavorecidas.

Graças a verbas como estas, a Câmara da Mealhada vai ter um novo centro histórico, com novos pavimentos, arruamentos e passeios, novo estacionamento, que vão custar mais de 1,5 M€.

Paredes está a investir na melhoria da rede pedonal e a apostar na mobilidade inclusiva. São 27 empreitadas, um investimento de mais de 5 M€.

A Câmara de Torres Vedras inaugurou 12 quilómetros de ciclovias na cidade, um investimento que ultrapassa meio milhão de euros para promover o uso da bicicleta, tornar a cidade mais segura, reduzir o consumo de energia e a emissões de gases com efeitos de estufa e de poluentes atmosféricos.

Na Cultura e Património, temos 245 milhões de euros aprovados. São 493 projetos que permitem, por exemplo, um investimento como o que está a desenvolver a Câmara de Valpaços. 2 M€ para potenciar o turismo de natureza, apostando na ecovia de 60 quilómetros do Rabaçal, em passadiços, novas praias fluviais e pontos de pesca. Isto significa mais visitantes, tão necessários nesta fase que o país atravessa.

E o arranque das obras de conservação e restauro na Real Fábrica do Gelo, no Cadaval, Monumento Nacional, e a única fábrica que no século XVIII produzia gelo em Portugal. Uma intervenção que contempla trabalhos

arqueológicos, conservação e restauro das estruturas, recuperação e requalificação paisagística da envolvente, produção e instalação do projeto museográfico, e divulgação e promoção turística e cultural.

Temos ainda 22 M€ aprovados para Equipamentos de Ensino Superior, que significam 44 projetos e 118 M€ já reservados para Investimentos na eficiência energética de edifícios públicos e em habitações – com 311 projetos aprovados.

Estamos num momento decisivo, com a aproximação do fim do PT2020, em que não podemos perder tempo, nem oportunidades. E, entre estas oportunidades, temos a flexibilidade permitida pela Comissão Europeia de **poder** pagar, até julho de 2021, a taxas mais elevadas do que as taxas máximas, que são de 85%. Como as verbas não aumentaram, temos de fazer uma rigorosa análise para atestar da exequibilidade dos projetos e libertar verbas dos que não tem condições de se realizar. E vamos canalizar esses recursos para projetos indispensáveis. Este exercício de Reprogramação tem-nos levado a todo o país – acabámos agora uma ronda com as CIM do Norte e com a ANMP, com resultados muito positivos. Esta reprogramação vai libertar qualquer coisa como 350 M€ de áreas que não tinham execução para as áreas prioritárias: educação, saúde e equipamentos culturais.

A eficiência energética serve-nos de exemplo para verbas reservadas para investimentos que não estão a ser feitos, porque as autarquias encontraram outras fontes de financiamento alternativas e competitivas. Serão fundos como estes, não totalmente aproveitados que, com a

flexibilidade que a Comissão Europeia oferece agora, podemos dirigir para áreas prioritárias.

Mas este é um trabalho que o Governo não pode fazer sozinho. Tem de o fazer em proximidade, indo ao terreno, falando, mas, sobretudo, ouvindo. E tem de ser feito junto dos atores do território, escutando os seus problemas e trabalhando, com eles, na construção de soluções.

Este é o nosso compromisso. O Governo sabe que não chega criar medidas de Lisboa para todo o país. Para que as medidas deem frutos e vão ao encontro da população e das economias locais, o Governo desloca-se, reúne, visita e esclarece. E fá-lo à mesa, com autarcas, com empresas, com organizações e associações locais. Só assim conseguimos chegar a todo o país, valorizando os territórios mais fragilizados e dando respostas concretas a problemas concretos.

É desta forma que impulsionamos investimentos estruturais para as nossas cidades e nossas regiões. Assim geramos mais histórias de sucesso na modernização de hospitais, centros de saúde e escolas e na regeneração dos espaços e edifícios públicos por todo o país. Como os exemplos que aqui vos dei.

3. A retoma económica

A Coesão Territorial também tem uma palavra a dizer na recuperação do país, pós-pandemia. Redirecionámos os nossos fundos para ajudar a construir e sedimentar o Programa de Estabilização Económica e Social, para que ele faça a diferença nos nossos territórios.

São 574 M€ de verbas dos POR, que vão alavancar um investimento global de 717 M€ e criar 3.170 postos de trabalho.

Os avisos do **+CO3SO Emprego** serão abertos no final deste mês, destinam-se a financiar novos postos de trabalho, incluindo os custos inerentes. O programa vai usar um **fundo de 90 M€ para criar mais de mil novos empregos (1.024)**, destinado a PME e Entidades da Economia Social.

Porque sabemos que o desemprego já é uma realidade para muitos, vamos financiar a **Requalificação Profissional no Ensino Superior (cTESP) com 5 M€, que podem apoiar 10 mil jovens e adultos a acederem a formações curtas no Ensino Superior Politécnico.**

Vai encerrar no final deste mês a 1ª fase de candidaturas para os apoios à **Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados**, destinados a empresas e Entidades do Sistema Científico e Tecnológico. **São mais de 18 M€ destinados a criar 654 postos de trabalho**, mas postos de trabalho como acreditamos que devem ser todos: com condições e remunerados condignamente, para licenciados, mestres e doutores.

Em julho, queremos também ter no terreno a **Programação Cultural em Rede**, que vai apoiar até 100% a realização de atividades culturais e turísticas. É um programa desenhado com o Ministério da Cultura para um dos setores mais fustigados pela pandemia e que Portugal precisa que volte urgentemente a funcionar. Queremos que já este verão haja razões de

visita ao nosso tão rico património cultural, que haja oferta cultural através da promoção de espetáculos em itinerância e em rede. Cabe aos municípios às Comunidades Intermunicipais e às associações culturais prepararem planos de ação de programação cultural sustentados em projetos em parceria. Sabemos que não haverá muito tempo para o fazer, e que terá de haver garantias de segurança e respeito pelas normas da DGS em todos os eventos culturais agendados. Numa primeira fase, temos 20 M€ para financiar estes projetos, uma verba que será reforçada à medida da procura.

Estamos a preparar com o Ministério da Justiça a **Informação Cadastral Simplificada**, que dará meios aos municípios ou entidades intermunicipais para efetivarem o cadastro geométrico da propriedade rústica ou cadastro predial. **Dos 20 M€ disponíveis para esta medida, quase 70% vão ser dirigidos a territórios do Interior. Para além da necessidade que o país tem desta informação sistematizada, este cadastro vai ainda permitir criar 174 postos de trabalho.**

Dentro do capítulo das chamadas obras de proximidade, vamos lançar uma grande empreitada: a **remoção de todas as estruturas com amianto nas escolas públicas** localizadas nos territórios abrangidos pelos Programas Operacionais Regionais, respondendo definitivamente a uma preocupação de saúde pública. **Disponibilizamos 60 M€ para financiar na íntegra estas intervenções em cerca de 578 escolas do pré-escolar ao ensino secundário.** Neste momento, terminámos a identificação das escolas e a área de intervenção de cada uma com o Ministério da Educação e

abriremos esta semana o aviso de concurso, podendo os municípios apresentar candidaturas até final de julho deste ano. As obras poderão realizar-se até final do ano de 2020. Assim, em julho a medida já estará no terreno, de forma a aproveitar o período de férias escolares para agilizar as intervenções. Esta é também uma iniciativa de dinamização económica do emprego, lançando um conjunto de iniciativas num prazo muito curto e que tenham capacidade de absorção muito rápida de recursos humanos.

Um pacote de que muitos dos Senhores Deputados já terão ouvido falar é o **Trabalhar no Interior**, destinado a estimular a criação de emprego e a fixação dos trabalhadores e das suas famílias nos territórios do Interior. Destina-se a todos os que desejem mudar a sua vida para os territórios do Interior. O **Emprego Interior Mais** mantém uma dotação de 3 M€, mas o programa foi redesenhado para incluir algumas das mudanças que a pandemia provocou na nossa vida em sociedade. (E nem todas têm de ser necessariamente más.) É por isso que, com o MTSSS, estamos a incentivar a **contratação em regime de teletrabalho**, que soma aos apoios da mudança para o Interior +0,5 IAS por cada posto de trabalho e por cada mês, durante 36 meses. São 3 anos de trabalho apoiado. **Vamos também apoiar a criação de espaços de coworking/teletrabalho no Interior, com o envolvimento dos municípios ou infraestruturas tecnológicas. Cada uma destas medidas vale 20 M€ e esperamos criar quase 800 novos postos de trabalho nos territórios que tanto precisam de gerar emprego.**

A pandemia mostrou-nos ainda que tínhamos de acelerar o investimento em determinadas áreas, como a necessidade estrutural de dotar as escolas,

os docentes e os alunos de meios para o **desenvolvimento de competências digitais no trabalho escolar**. Este momento que vivemos foi decisivo para se perceber que não se pode adiar mais esse futuro e, por isso, já neste próximo ano letivo vamos iniciar a universalização do acesso e utilização de recursos didáticos e educativos digitais por todos os alunos e docentes. Naturalmente que não poderá ser feito tudo ao mesmo tempo. Tal como na construção de uma casa, teremos de começar pelos alicerces. Por isso, vamos adquirir computadores, conectividade e licenças de software para as escolas públicas, para que os recursos estejam ao alcance de alunos e docentes. Teremos também de dar prioridade aos alunos abrangidos por apoios no âmbito da ação social escolar. Teremos também de iniciar um programa de capacitação digital dos docentes e o processo de desmaterialização de manuais escolares, bem como a produção de novos recursos digitais. **Dos 400 M€ que toda esta operação de reconversão digital custará, 70 M€ serão assegurados pelos Programas Operacionais Regionais**. A Coesão está a trabalhar com as áreas da Economia, Educação e Planeamento para que a primeira fase deste investimento possa iniciar-se em setembro ou outubro deste ano.

A Coesão não deve ser só territorial. Por isso, estamos unidos também na que deve ser a missão prioritária de qualquer governo: o combate à pobreza. Sobretudo dos que entre nós são mais vulneráveis, como os idosos, as vítimas de violência doméstica, pessoas com deficiência e crianças e jovens em risco. Por isso contribuímos para o **Programa Nacional Radar Social**, que gere várias iniciativas para a promoção do envelhecimento ativo e saudável, recrutamento de jovens e apoio

domiciliário e articulação com a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados. Destinamos a esta dinâmica 18 M€.